

A DIMENSÃO CONTINENTAL NO MEIO DE NÓS

Para uma missão intergentes na América Latina e Caribe junto aos migrantes

Pe. Sidnei Marco Dornelas CS

No roteiro da *Semana Brasileira sobre a Missão Continental*, coube-nos focar um dos grandes desafios postos atualmente à Igreja, e assumido como uma dimensão nova de sua missão no continente latino-americano: o mundo da mobilidade humana. A realidade multifacetada das migrações, causa e consequência do fenômeno avassalador da globalização, representa para a ação pastoral da Igreja uma nova fronteira que desponta também em nosso continente, interpelando as estruturas já estabelecidas e as fórmulas já conhecidas em que se realiza sua missão evangelizadora. Os novos rostos e as novas realidades sociais que surgem em nossas paróquias e dioceses apontam para uma nova evidência: a terra de missão está aqui. Nesse sentido, é nosso objetivo tentar compreender o significado desse desafio para a pastoral da Igreja, como a Igreja vem se estruturando há algumas décadas em sua atuação no campo da mobilidade humana, e como discernir uma proposta de evangelização que lhe seja apropriada no contexto da Missão Continental.

1. O DESAFIO DA MOBILIDADE HUMANA: PASTORAL DE FRONTEIRA E AMBIENTAL

No itinerário da Missão Continental (MC), tal como proposto pelo Conselho Episcopal Latino-americano (CELAM), coloca-se como uma de suas etapas mais avançadas a programação para a “missão setorial e ambiental”: *“fazemos referência a setores da sociedade, não ligados a território, nos quais, por sua condição, relevância social ou outra razão válida, considere-se pertinente neles fazer presente o trabalho evangelizador da Igreja”*¹. A MC busca assim atingir um de seus objetivos maiores, que seria evangelizar aqueles que estão fora do alcance da ação pastoral convencional, os chamados “afastados”, que escapam às referências do “território” que caracterizam a estrutura paroquial. A teologia pastoral há algum tempo vem dedicando uma reflexão específica para a ação eclesial nestes ambientes, denominando uma tal ação como “pastoral de fronteira” e “pastoral ambiental”. A complexidade da realidade dos migrantes, devido à diversidade e singularidade das problemáticas apresentadas, se enquadra nessa forma de abordagem.

1.1 A pastoral do migrante enquanto pastoral de “fronteira”

A “fronteira” é uma noção de caráter geográfico, indicando a delimitação entre dois ou mais territórios, e que facilmente pode adquirir um sentido ambivalente, na medida em que aponta ao mesmo tempo para a passagem e a barreira entre dois ambientes diferentes. Num sentido mais genérico, pode evoluir para a noção de “limiar”, uma situação de “liminaridade” entre âmbitos de ação diferentes, com conotações sociais e culturais distintas. Assim, poderíamos falar de uma “pastoral de fronteira” enquanto pensamos em situações e grupos que, mesmo reivindicando-se da ação pastoral da Igreja, encontrariam-se fora do âmbito da ação eclesial mais comum. Ou seja, se pautariam por ações distintas das que se espera que ocorram normalmente dentro do âmbito considerado o “espaço eclesial”: ações canonicamente previstas no espaço da Igreja, como os sacramentos, celebrações e formação bíblica e religiosa; ações ligadas à figura do ministro religioso e sua assistência religiosa e espiritual; ações assistenciais que habitualmente se servem

1 Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), *Itinerário da Missão Continental*. Brasília, Ed. CNBB, 2009, p. 40.

dos espaços físicos das igrejas e paróquias.

Com a expansão da globalização do capital, os valores da modernidade neo-liberal vêm multiplicando seus espaços de influência na sociedade. Nesse contexto, a Igreja se sente chamada a exercer uma incidência maior fora do ambiente propriamente eclesial. Sobretudo após o Concílio Vaticano II, por meio de diversos institutos, organismos e pastorais, a Igreja tem procurado se fazer presente junto ao mundo sócio-político e técnico-científico. Vários grupos, buscando ter uma ação eficaz dentro da sociedade em nome do evangelho, ao assumirem uma opção preferencial pelos pobres, entram em diálogo e agem em parceria com organizações com outro tipo de filiação social e ideológica. Nesse sentido é que se pode compreender como tais grupos entram também numa dinâmica de diálogo interreligioso e intercultural em nome da evangelização, além de se verem confrontados de maneira nova com problemáticas tais como o sincretismo. Essa relação com diferentes grupos, setores e ambientes da sociedade civil tende a gerar uma situação latente de conflito com outros segmentos sociais, por um lado, e com segmentos mais conservadores da própria Igreja, por outro. Essa relação conflitiva e contraditória é própria da condição de liminaridade em que atuam, por exemplo, as chamadas “pastorais sociais”, bem como aquelas que vivem a nova condição da missão “intergentes”² na sociedade atual.

Nesse contexto, a ação pastoral e missionária da Igreja se vê confrontada constantemente com várias situações de “fronteira”, no limiar entre aquilo que é considerado canonicamente como “pastoral”, e aquilo que é próprio da ação dos movimentos sociais e organizações de caráter sócio-político. São situações marcadas por uma sensação de “indefinição eclesial”, em que se questiona a identidade de “Igreja” dessas iniciativas pastorais.³ Ou seja, poderíamos dizer que estamos nas “fronteiras” da ação pastoral na medida em que a ação da Igreja se insere no mundo, criando situações em que se questiona o que pode ser definido como ação de Igreja ou não, nas quais os agentes de pastoral vivenciam o mal-estar de perceber que estão no limite do reconhecimento da catolicidade de sua ação. São muitos os grupos pastorais, ligados a diferentes realidades do trabalho, da saúde, da moradia, da etnia ou da cultura, que vivenciam essa condição. E são muitos os agentes que, em nome da ação evangelizadora da Igreja, vivenciam uma condição de liminaridade singular, ao se colocarem como mediadores entre o mundo eclesial e a realidade vivida por tais grupos.

Contraditoriamente, não há como se propor evangelizar esses novos ambientes, através das pastorais sociais ou da missão “intergentes”, sem vivenciar essa condição liminar de “fronteira”. Surge uma verdadeira relação dialética, entre a “instituição” Igreja e a ação evangelizadora, que simultânea e complementarmente se negam e se constituem mutuamente. Temos uma polaridade dialética entre a estrutura que tende à conservação e é avessa a mudanças, mas simultaneamente necessita se regenerar se inserindo no mundo, e a missão que encontra sua identidade justamente na “instituição”, na sua estrutura, cumprindo essa função esperada de renovação, mas que necessita ao mesmo tempo se desprender dela para tornar eficaz sua missionariedade. Atualmente, a condição social do migrante, dos seus grupos de referência e dos

2 A referência à missão “intergentes” se opõe à conhecida missão “ad gentes”, no sentido da missão que se realiza pelo deslocamento do missionário para outros territórios, evangelizando povos afastados da Igreja em outros países e regiões consideradas não civilizadas. “Intergentes” significa que a missão se dá entre grupos considerados “estranhos” à Igreja e que convivem na mesma sociedade em que se encontra o missionário.

3 CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO – CELAM. *Documento de Aparecida*. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe. Brasília: Edições CNBB; São Paulo: Paulinas / Paulus, 2008, parágrafos 20-32. Não por acaso, o primeiro capítulo, “os discípulos missionários”, base para todo o desenvolvimento posterior, parte justamente da necessidade da afirmação dessa identidade e de seus pressupostos para dar orientação sólida à ação evangelizadora da Igreja.

agentes de pastoral que a eles se dedicam, expressam com clareza o que seria a realidade da “pastoral de fronteira”, sua liminaridade e condição dialética.

Nesse sentido, os vários grupos que vivenciam reiteradamente uma situação de mobilidade humana estão na fronteira da ação pastoral da Igreja. Eles experimentam os traços comuns de uma mesma “condição social do migrante”. Numa situação de “provisoriedade permanente”, deslocados socialmente em qualquer meio em que se inserem, experimentando diferentes formas de preconceito e segregação, tendo uma experiência distinta do “território” daqueles que lhe são naturais, utilizando-o de forma alternativa para aglutinar seus referenciais identitários, esses grupos demandam outras formas de aproximação para que se estabeleça qualquer forma de diálogo.⁴ Se a Igreja busca alcançar algum tipo de incidência nesse meio, deve encontrar outros modelos de ação pastoral. Por outro lado, essa situação de permanente instabilidade também se traduz num deslocamento em relação à normatividade legal (Estado-Nação) e canônica (Igreja), o que os leva a facilmente criarem seu próprio ambiente de interação. Neles, ao mesmo tempo em que recuperam elementos dispersos de suas práticas culturais de origem, selecionam e assumem alguns traços do meio social em que se inserem. Existe uma lógica da hibridez e do sincretismo, característicos de todos os ambientes em que procuram reconstituir seu universo cultural, incluindo sobretudo suas práticas religiosas. Constituem assim “ambientes” com que se identificam, configurados diferentemente do espaço eclesial, e demandando portanto formas alternativas de aproximação e mediação.

1.2 A pastoral do migrante enquanto pastoral ambiental

A condição de liminaridade vivida pelos migrantes, e outros grupos submetidos à mobilidade humana, se traduz pela vivência e ocupação de espaços segregados, por práticas culturais híbridas e sincréticas, por uma atitude de desconfiança e distanciamento em relação a todas as instituições sociais. Eles criam o que se poderia chamar “territórios de fronteira”, marcados pela fluidez e pela liminaridade, em que a condição de provisoriedade e instabilidade é vivida cotidianamente. Os grupos submetidos a essa condição podem estar nas fronteiras limítrofes do território brasileiro, em que se constata diversas situações de mobilidade, mas também nas periferias urbanas, nas quais uma infinidade de grupos vivem de forma segregada. Podem estar alojados precariamente nos bairros degradados dos centros urbanos, ou improvisando práticas culturais em que ao mesmo tempo cruzam outras influências e reafirmam suas tradições de origem. Podem ser nômades ou imigrantes latino-americanos; diferentes gerações de migrantes nacionais ou africanos solicitantes de direito de refúgio; podem ser migrantes temporários rurais trabalhando nas diversas culturas do agronegócio nacional, mas também trabalhadores em trânsito em função do movimento dos portos nacionais. Novos ambientes que se criam e se desfazem, na fluidez e provisoriedade que marcam a paisagem social do Brasil e América Latina atual.

Nesse sentido, podemos dizer que as pastorais da mobilidade humana assumem a forma de uma “pastoral ambiental”, pois se reportam a contextos e ambientes que escapam a lógica própria que organiza o “espaço eclesial”. A “pastoral ambiental”, como seu nome diz, se constitui na sua relação com a especificidade de um determinado contexto, ou ambiente, que por sua vez condiciona as relações sociais que nele se estabelecem. É esse determinado ambiente ou contexto que fornecerá os parâmetros que ajudarão a definir os contornos, a forma que deverá tomar a ação

4 Para a compreensão da “condição social do migrante”, cf. SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998. O uso que estamos fazendo da palavra “migrante”, mesmo que de forma inadequada, procura englobar todos os grupos assistidos pela pastoral da mobilidade humana, e que de qualquer maneira vivenciam essa “condição social”.

evangelizadora a ser nele realizada. A percepção de que existem outros ambientes a serem evangelizados, que funcionam segundo lógicas distintas do “espaço eclesial”, conduz à tomada de consciência do caráter contingente e restrito das estratégias e formas convencionais de evangelização que normalmente caracterizam os grupos eclesiais: suas celebrações, sacramentos e sacramentais, suas práticas de oração e devoção, a rotina estabelecida de determinados movimentos eclesiais. Percebe-se como tudo é muito bem demarcado socialmente nas relações que se estabelecem no interior do “espaço eclesial”. Realidades sociais novas, como aquelas criadas pela sociabilidade e práticas culturais dos migrantes, demandam uma ação pastoral distinta, redefinida em seu conteúdo e forma, segundo o ambiente e contexto constituído pela presença desses novos atores sociais e eclesiais, sem perder mas reconstituindo sua identidade de Igreja.

Os migrantes e todos os grupos que vivenciam cotidianamente a mobilidade humana, dessa maneira, criam novos desafios à ação pastoral nos novos cenários em que se inserem. Sua condição social interfere no modo como se relacionam e dão forma ao contexto específico que produzem com sua interação. O território paroquial e o espaço da Igreja podem ser a base de uma ação evangelizadora que dialogue com seus referenciais culturais e religiosos, mas devem ser redefinidos na medida em que se relacionam com o modo como ocupam o território em que vivem, atuam e celebram. Um mesmo espaço pode ganhar significações múltiplas, na medida em que existe o cruzamento e sobreposição de diferentes grupos, com suas práticas culturais e religiosas próprias. O espaço eclesial, no qual se fazem presentes diferentes grupos, com traços e finalidades distintas, mesmo quando se reivindicam de uma mesma fé católica, deve então ser objeto da negociação entre diferentes conotações sociais e étnico-culturais. É de se esperar que nesses casos aflore momentos de confrontação, em que o conflito latente nas situações liminares, experimentado por universos sociais e culturais tão próximos mas tão distintos, venha à tona, demandando uma nova capacidade de diálogo entre todas as partes.

São em tais situações que se recoloca de maneira nova o tema da “inculturação”, pois a missão nesses novos ambientes vislumbra realidades cambiantes, marcadas pela provisoriedade e instabilidade de seus participantes. Os referenciais da ação pastoral, alicerçados na estabilidade jurídica em que se apoiam as paróquias, devem ser pensados diferentemente diante de tantos grupos marcados por uma reiterada mobilidade. Quando as práticas culturais e religiosas são vividas num estado de constante mobilidade, imprevisto e imprevisibilidade, múltiplas em suas formas, híbridas pelo seu cruzamento e sobreposição crescentes, a inculturação mesma da ação pastoral pede para ser repensada. O uso do espaço eclesial por todos, a interação do agente de pastoral com tantos ambientes distintos, e a participação de todos na redefinição do rosto de uma mesma Igreja latino-americana, dependem tanto da capacidade de estabelecer o diálogo, como da necessária responsabilização de todos na permanente construção da ação evangelizadora no continente. Mais do que nunca se percebe a necessidade de formar consciências para uma generosa atitude de “mediação” entre esses diferentes ambientes e atores no interior de uma mesma Igreja, entre uma mesma fé católica e tantas formas de prática-la dentro e fora do espaço eclesial.⁵

No âmbito restrito das paróquias e comunidades, num planejamento diocesano que se faça iluminar por Aparecida, no horizonte da Missão Continental, o mundo da mobilidade humana pode se constituir em nova fronteira de evangelização. Mas, é necessário estar atento ao que a Igreja já

5 Os temas tratados nessa parte, como a “inculturação” e relação da Igreja com os grupos migrantes, foram tratados mais longamente no livro: NASSER, Ana Cristina Arantes; DORNELAS, Sidnei Marco. *Pastoral do Migrante: relações e mediações*. São Paulo: CEM / Loyola, 2008. As reflexões desse texto também se apoiam em DORNELAS, Sidnei Marco. Questões teológico-pastorais sobre a hospitalidade aos migrantes. *Travessia* [São Paulo] Ano XX, n.57, p. 14-19, [jan-abr]2007.

vem realizando, aos apelos que vem articulando em direção às Igrejas locais, e sobretudo à experiência das pastorais e agentes que atualmente já vivenciam sua missionariedade, muitas vezes de maneira conflitiva, nas fronteiras e ambientes atingidos pela mobilidade humana.

2. A RESPOSTA ATUAL DA IGREJA

A solicitude da Igreja pelas pessoas em mobilidade veio formalizando uma resposta institucional ao longo de anos de acompanhamento dos dilemas inerentes à sua prática de fé. Contemporânea do surgimento da Doutrina Social da Igreja, a questão da migração a levou a perceber a necessidade e oportunidade em se criar outros parâmetros de organização de sua ação pastoral. A formalização canônica e a estruturação eclesial desta ação encontra sua melhor expressão na atuação do Pontifício Conselho da Pastoral para os Migrantes e Itinerantes, bem como nos diferentes níveis em que é organizada por meio das Conferências Episcopais e dos Organismos Diocesanos. A crescente importância do fenômeno da mobilidade humana e a sua complexidade atual tem interpelado ainda mais esse esforço da Igreja em responder de maneira adequada a estes desafios. Nesse ponto é que os Bispos da América Latina em Aparecida procuraram sinalizar para os rumos da evangelização no continente, nessa nova fronteira da ação pastoral. Essas orientações deverão também ajudar a embasar o planejamento da ação das Igrejas locais no itinerário da MC, tal como almejamos realiza-lo por meio do projeto do “Brasil na Missão Continental”.

2.1 Estruturação eclesial no campo da mobilidade humana

As grandes orientações que têm dado rumo à ação pastoral da Igreja no campo da mobilidade humana encontraram sua primeira sistematização no documento *Exsul familia*⁶, formulado sob o impacto das massas de refugiados que vagavam pelo mundo nos primeiros anos após a II Guerra Mundial. Esse documento trouxe à luz de maneira ordenada e coerente o resultado de décadas de trabalho missionário e pastoral junto aos migrantes no mundo todo, desde o final do século XIX. Na verdade, as orientações e normas reunidas no documento surgiram paulatinamente, na medida em que as questões sócio-políticas e culturais, ao lado da problemática religiosa, revelavam ao longo do século a singularidade dessa condição dos migrantes. A questão central, justamente, é que as pessoas em mobilidade, deslocadas social e culturalmente em relação ao território em que se inserem, demandam um cuidado especial da Igreja local, adaptado às suas necessidades. Esse deslocamento tornava os migrantes, juntamente com os agentes de pastoral devotados a eles, excluídos dos padrões normais de atendimento pastoral, cuja unidade canonicamente reconhecida de referência estava na paróquia territorial.

Após o Vaticano II, e sob o influxo da busca de renovação da ação da Igreja no mundo, esses princípios orientadores ganharam uma maior operacionalidade e um foco mais claro com a formulação de uma “definição pastoral do migrante”, no documento *Motu proprio Pastoralis Migratorum Cura: A Igreja se preocupa, com materna solicitude, de prestar-lhes uma oportuna assistência pastoral. É precisamente deste ponto de vista pastoral que se trata agora, que no conceito de migrantes estão compreendidos todos aqueles que, por qualquer motivo, vivem fora da pátria ou da própria comunidade étnica e necessitam verdadeiramente de uma assistência particular*.⁷ Trata-se de uma definição operativa que abre a possibilidade de um atendimento pastoral reconhecido por toda a Igreja a todos os grupos atingidos pela mobilidade humana. Com essa abertura para a realidade particular dos migrantes, e munido de um enfoque operativo e canônico mais bem definido, a partir dos anos 1970 houve um enorme desdobramento das várias

6 Pio XII, *Exsul familia*. Constituição Apostólica sobre os cuidados espirituais aos emigrantes, 1952 (São Paulo, 1955).

7 Paulo VI, *Motu proprio Pastoralis Migratorum Cura*. A assistência pastoral dos emigrantes, 1969. In Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, *Pastoral das Migrações*, 1983, p. 13-14.

pastorais dedicadas ao trabalho evangelizador no campo da mobilidade.

A estruturação atual dessa ação pastoral pode ser descrita em dois níveis. No primeiro, local e nacional, busca-se a articulação da ação através das Comissões Católicas de Migração, inseridas nas Conferências Episcopais, e das estruturas diocesanas das Paróquias Pessoais ou das Comunidades *com cura animarum*. São estruturas reconhecidas canonicamente, voltadas para populações oriundas da migração, mas que possuem uma tendência à estabilidade no território em que se implantam. Todas elas são organizadas com o pressuposto de um atendimento espiritual e sacramental para comunidades estáveis, mesmo que possuam traços culturais que as diferenciam da população radicada no território. Prevê-se também a possibilidade da ação pastoral por meio de capelanias, uma estrutura mais limitada, mas de maior flexibilidade para o atendimento de grupos constituídos intrinsecamente pela mobilidade, como determinados grupos profissionais (marítimos, caminhoneiros, circenses) ou étnicos (nômades).⁸ No entanto, a realidade da mobilidade tende a se tornar mais complexa e instável. Por um lado, a sociedade multicultural atual, sob influxo constante de diversos grupos de migrantes, leva à convivência e mútua influência de diferentes práticas culturais e religiosas, ao mesmo tempo em que, por outro, situações inusitadas são criadas pela nova organização econômica do capital, como a implantação de grandes projetos econômicos, produzindo novas formas de migração temporária, criando novos territórios marcados pela mobilidade. O desdobramento destes e outros ambientes não previstos exigem também novas respostas pastorais da Igreja.

O segundo nível refere-se à atuação da Santa Sé, com projeção internacional, encontrando sua formalização na instituição do Pontifício Conselho da Pastoral para os Migrantes e Itinerantes, em 1988. Em sua estruturação de oito setores pode-se observar o grau a que chegou a organização do cuidado pastoral às pessoas em mobilidade: Migrantes; Refugiados e Deslocados Internos; Estudantes Internacionais; Turismo, Peregrinações, Santuários; Gente do Mar; Aviação Civil; Nômades; Circenses; Apostolado da Estrada. São setores que abrigam grupos com características muito específicas e muito diferentes entre si, mas que possuem em comum os seguintes aspectos fundamentais: por um lado, esses setores enquadram-se na chamada “definição pastoral de migrante”, demandando uma atenção particular das igrejas locais; por outro, constituem-se em campos de uma verdadeira “pastoral de fronteira” e “ambiental”. Encontram-se na fronteira da ação pastoral, compostos por pessoas e grupos que sofrem mais diretamente as contradições do processo de globalização, e seus efeitos em nível social, cultural e religioso.

Tendo presente esse novo contexto, o recente documento do Pontifício Conselho, *Erga migrantis Caritas Christi*, busca dar um novo enfoque ao cuidado pastoral dos migrantes considerando essa realidade cada vez mais complexa, que está se formando sob o influxo do processo de globalização do capital.⁹ Entre os aspectos mais problemáticos, apontados explicitamente estão: o nacionalismo exacerbado, a xenofobia e as políticas que negam os direitos fundamentais dos migrantes; a penetração global do capital, acirrando as causas que proporcionam e amplificam os fluxos migratórios; as relações interculturais e interreligiosas que

8 Para o entendimento do modo como se organiza canonicamente a pastoral dos migrantes nos reportamos a: DE PAOLIS, Velasio. La pastorale dei migranti nelle direttive della Chiesa. *People on the move*, [Vaticano]. Ano XIX, n.54, p. 33-114, [jun] 1989; IDEM. La pastorale dei migranti e le sue strutture secondo i documenti della Chiesa. *People on the move*, Ano XXXIV, n.87, p. 133-170, [dez]2001. Cf. também: IDEM. *Chiesa e migrazioni*. Vaticano: Urbaniana University Press, 2005.

9 PONTIFÍCIO CONSELHO DA PASTORAL PARA OS MIGRANTES E ITINERANTES. *Erga migrantis Caritas Christi*. Instrução A Caridade de Cristo para com os Migrantes. São Paulo: Paulinas, 2004.

demandam uma nova postura de conciliação e de diálogo por parte das Igrejas; as massas de deslocados internos e refugiados por ameaças de perseguição étnica, política e religiosa; o tráfico de seres humanos e o trabalho degradante; a violência do terrorismo e da ação armada nos países do Terceiro Mundo; a feminização das migrações. Ao lado dos desafios, reconhecendo as limitações das estruturas e dos agentes de pastoral, o mesmo documento exemplifica como a Igreja, a partir de várias iniciativas em nível internacional, nacional e local, vem procurando estar ao lado dos migrantes: por meio dos institutos que dão ajuda humanitária aos refugiados; dos mecanismos de pressão para que os governos assinem a *Convenção internacional sobre a proteção dos direitos de todos os trabalhadores migrantes e dos membros das suas famílias*; das várias pastorais e grupos que se desdobram no seu atendimento em inusitadas situações marcadas pela nova realidade da mobilidade humana. Essa ótica das migrações foi assumida também pelos Bispos reunidos em Aparecida ao vislumbrarem os novos tempos da evangelização na América Latina, dando contornos novos à proposta da Missão Continental.

2.2 Desafios postos na Conferência de Aparecida e a resposta da Igreja no Brasil

Na Conferência do Episcopado Latino-americano em Aparecida, em 2007, entre os “rostos sofredores que doem mais”, foi relacionada a realidade atual dos migrantes na América Latina. Tendo como um “fato novo e dramático” a constatação da existência de “milhões de pessoas em constante mobilidade” [411], esse trecho do documento exorta ao cuidado pastoral dos migrantes, como expressão de verdadeira caridade eclesial.¹⁰ Nesse sentido é que declara:

A Igreja, como Mãe, deve sentir-se como Igreja sem fronteiras, Igreja familiar, atenta ao fenômeno crescente da mobilidade humana em seus diversos setores. Considera indispensável o desenvolvimento de uma mentalidade e espiritualidade a serviço pastoral dos irmãos em mobilidade, estabelecendo estruturas nacionais e diocesanas apropriadas, que facilitem o encontro do estrangeiro com a Igreja particular de acolhida. As Conferências Episcopais e as Dioceses devem assumir profeticamente esta pastoral específica com a dinâmica de unir critérios e ações que favoreçam uma permanente atenção também aos migrantes, que devem chegar a ser também discípulos e missionários. [412]

Entre as principais tarefas que os Bispos dão destaque estão a necessidade de uma maior cooperação e diálogo entre as dioceses de origem e destino dos migrantes, no acompanhamento de sua saída e de sua acolhida nos lugares de recepção. Tal cooperação busca dar apoio na sua inserção social, dando assistência humanitária e pastoral, mas, sobretudo uma particular sustentação à vivência de sua religiosidade. Para tal, existe uma ênfase na necessidade de haver uma conscientização na formação dos novos ministros religiosos, em particular nos Seminários, para que possam ser sensíveis e habilitados para acompanhar as necessidades das pessoas em mobilidade. Nesse sentido, vai também uma menção sobre a preparação dos leigos, seja profissionalmente, seja formando sua capacidade de compreensão, em função de um trabalho de acompanhamento social dos migrantes. Em tudo, mais de uma vez é reforçada a necessidade do profetismo, sobretudo na denúncia das injustiças e violências sofridas pelos migrantes e na busca de uma política migratória que defenda seus direitos fundamentais. A dimensão profética dessa pastoral fica nítida quando se aponta para a promoção da “cidadania universal”, como horizonte de um mundo em que não haja distinção entre as pessoas em função de sua nacionalidade, classe ou etnia. Enfim, não se perde de vista o princípio de que os migrantes não são um problema, mas um recurso para a humanidade e para a Igreja, seja pela sua capacidade de trabalho, pela busca de se inserir socialmente, pelas remessas que enviam ao seu país de origem, mas principalmente pelo

10 Documento de Aparecida, 411 a 416.

seu testemunho de fé no país em que se inserem. Nesse sentido, eles são chamados a também revelarem seu potencial renovador como “discípulos e missionários”.

A esse apelo à dedicação pastoral dos migrantes, historicamente a Igreja no Brasil já vem respondendo, mesmo que não seja exatamente no mesmo itinerário esboçado após o Vaticano II. Com efeito, à época do Concílio existia a percepção de que o Brasil não era mais um país de imigração, no sentido de que não vinha mais recebendo imigrantes, e os grupos existentes já estavam inseridos. Entretanto, o país vivia intensamente o problema da urbanização e de sua modernização capitalista, com imensas vagas de migrantes internos dirigindo-se para as grandes cidades, e também para a chamada “fronteira agrícola”. Não havia uma resposta pastoral elaborada para o acompanhamento destes migrantes envolvidos nos grandes problemas sociais do país, que não fosse o caminho que estava sendo empreendido pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), pelas pastorais populares (Pastoral da Terra e Pastoral Operária) e pela Teologia da Libertação. É nesse sentido que, após 1980, ano em que a Campanha da Fraternidade versava sobre a realidade das migrações internas, organizou-se toda uma rede de trabalho pastoral voltada para os migrantes, no acompanhamento das comunidades das periferias urbanas e nas frentes de expansão agrícola, entre os migrantes temporários e os imigrantes latino-americanos. Desse esforço, surgiu o Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM) em 1985, que desde então articula esses eixos da pastoral dos migrantes em nível nacional, inserindo-se entre as Pastorais Sociais da CNBB.

O SPM em mais de vinte anos tem sido a grande referência como trabalho pastoral junto aos migrantes no Brasil, por meio de sua estruturação nacional, mas também servindo de apoio fundamental em muitas das iniciativas organizadas pelas Pastorais Sociais. No entanto, a realidade da mobilidade humana no país vem se ampliando e diversificando em vários sentidos na medida em que se insere no contexto amplo da globalização do capital. O fenômeno da grande emigração de brasileiros para os Estados Unidos, Japão e Europa despertou a necessidade de se organizar o envio de missionários com a finalidade de acompanhá-los nos seus países de destino, além de organizar uma colaboração com Igrejas de países diferentes. A partir desta necessidade, vinculada à dimensão missionária da CNBB, organizou-se a Pastoral dos Brasileiros no Exterior (PBE). Da mesma maneira, a realidade minoritária, mas muito específica, dos solicitantes de direito de refúgio, criou uma demanda social que proporcionou a formação de uma estrutura de apoio pela Caritas Nacional, em convênio com a ACNUR. Igualmente, outras pastorais e grupos étnicos foram ganhando relevância no cenário nacional, demandando um atendimento específico e se organizando no interior da Igreja no Brasil: a pastoral dos nômades, o apostolado do mar, a pastoral dos rodoviários, a pastoral do turismo, diversas comunidades étnicas e nacionais. Nesse sentido, dentro do espírito da organização do Pontifício Conselho, organizou-se em 2004 o Setor das Pastorais da Mobilidade Humana como estrutura de articulação e mediação a serviço dessas pastorais.

Tendo como pano de fundo, a realidade multifacetada e fluída da globalização, e os desafios enormes que coloca para a Igreja no mundo todo, em que se inclui também o Brasil, são também muitos os desafios que a solicitude pastoral pelos migrantes deve enfrentar no interior mesmo da Igreja. O primeiro, haja vista a grande diversidade e dispersão das pastorais da mobilidade, distribuídas em vários organismos, instituições e pastorais, consiste na capacidade de diálogo e cooperação no sentido de fazer toda a Igreja trabalhar conjuntamente pelo bem de todas as pessoas e grupos atingidos pela mobilidade. Se já não é fácil criar canais de comunicação e articulação entre os grupos organizados da pastoral da mobilidade, a dificuldade é ainda maior em nível dos muitos regionais e dioceses em que realmente acontece a ação pastoral da Igreja. De fato, as novas realidades da mobilidade humana no contexto da globalização constituem, para o esforço evangelizador da Igreja, verdadeiras “fronteiras” de sua ação pastoral, exigindo a

disposição de uma pastoral “ambiental” habilitada para se fazer presente em terreno que, em princípio, parece desconhecido à Igreja. Nesse patamar da ação pastoral existe um conflito latente, constituindo um segundo grande desafio. Ainda hoje se percebe um grande desconhecimento do significado e da importância do trabalho pastoral junto aos migrantes temporários no interior do país, aos imigrantes latino-americanos clandestinos nas grandes metrópoles, aos nômades, no apostolado do mar, no combate ao tráfico de seres humanos ou na defesa dos direitos dos refugiados. Em muitas dioceses e paróquias, como não se alinham ao que comumente se considera “eclesial”, tais pastorais ainda encontram dificuldades para se inserir no interior da estruturação da ação pastoral. E, no entanto, somente através da “capilaridade” das muitas comunidades e paróquias em que se realiza a missão evangelizadora da Igreja, as pastorais da mobilidade humana encontrarão o apoio e a representatividade a que aspiram, o que os próprios Bispos admitiram em Aparecida. Esse, na verdade, constitui o terceiro grande desafio, que se apresenta simultânea e paradoxalmente, como a grande chance da Missão Continental. Pois, efetivamente, no reconhecimento de que o “continente está em nós”, na alteridade de tantos migrantes presentes em nossas dioceses e paróquias, reside um verdadeiro potencial de revitalização da ação missionária na América Latina.

3. A PROPOSTA DA MISSÃO CONTINENTAL: “O CONTINENTE EM NÓS E NÓS NO CONTINENTE”

Na proposta da MC delineada no projeto “O Brasil na Missão Continental” são contemplados dois “gestos concretos” que expressam a importância dos migrantes para a evangelização do continente: “*encontro com os latino-americanos que vivem no Brasil*” e “*encontro com brasileiros que vivem no exterior e fortalecer a presença missionária junto aos brasileiros no exterior*”.¹¹ No entanto, muitas outras iniciativas que já ocorrem são significativas de uma “dimensão continental” que perpassa todas as Igrejas locais: as várias atividades de intercâmbio (visitas de agentes de pastoral, missões populares, encontros) entre as dioceses de origem e destino dos migrantes; os esforços de combate ao tráfico de pessoas e trabalho degradante envolvendo pastorais de diferentes Igrejas; a rede de proteção aos refugiados, que conta com uma expressiva participação de muitas entidades em diferentes países; a colaboração das dioceses de fronteira entre países vizinhos, na elaboração conjunta de projetos pastorais. Poderiam ser enumerados os diversos trabalhos realizados nas Casas de Migrante e Centros de Apoio, no Apostolado do Mar, de agentes que se desdobram na Pastoral Rodoviária, na Pastoral do Turismo, entre outros. Existe toda uma estrutura já atuante que demanda por apoio e reconhecimento, e que através de um esforço de articulação poderia prestar um serviço ainda maior, estendendo-se a todas as Igrejas locais. Mas, para tanto, todo um caminho de formação dos missionários resta a ser feito, assim como uma postura nova, mais aberta e mais livre frente às estruturas eclesiais.

3.1 O discípulo missionário como agente de mediação

Nesse sentido, tanto as orientações dos Bispos expressas em Aparecida, como as propostas do projeto da MC, apontam para algumas prioridades. A primeira delas diz respeito ao *desenvolvimento de uma mentalidade e espiritualidade a serviço pastoral dos irmãos em mobilidade*” (DAp 412), em que os próprios Bispos reconhecem a necessidade do incremento de um aspecto novo no trabalho formativo dos discípulos missionários. A MC, entendida como um “processo pedagógico”, de formação de uma nova consciência eclesial, ao eleger o mundo da

11 Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). *Projeto Nacional de Evangelização: O Brasil na Missão Continental*. Brasília: Ed. CNBB, 2008, p. 21.

mobilidade como uma das fronteiras da ação missionária “intergentes”, deve se orientar para uma formação específica dos seus agentes nesse campo. A condição das pastorais da mobilidade humana, enquanto de “fronteira” e “ambiental”, demanda um aprofundamento da identidade do agente de pastoral, como um agente de mediação atuando entre o “espaço eclesial” e o mundo dos migrantes. Não se trata apenas de contribuir ativamente para uma renovação das estruturas paroquiais, no sentido de uma pastoral “decididamente missionária”, mas também de atuar no terreno conflituoso da ação evangelizadora da Igreja quando ela procura dialogar com a alteridade dos migrantes, com todas as suas contradições e potencialidades.

Se o lema “*A alegria de ser discípulo missionário*” diz muito sobre a prioridade e a perspectiva da animação missionária presente no projeto da MC, deve também apontar para a audácia evangélica, o profetismo a que é chamado o “discípulo missionário”, ao se tornar também um “agente de mediação” entre o mundo dos migrantes e a Igreja. Antes de tudo, pressupõe-se um amadurecimento consistente de sua vocação, que lhe permita se desprender do ambiente “eclesial” mais seguro e, portanto, assumir a conflitividade própria do limiar entre a Igreja e os outros ambientes constituídos na sociedade civil pelos movimentos sociais, organismos públicos, ONGs, os diversos grupos formados pelos migrantes. De toda maneira, necessita de reconhecimento eclesial e apoio para ter condições de vivenciar essa condição dialética de mediação. Além desse pressuposto, o agente de pastoral deve ser ainda preparado para exercer outras qualidades. Qualidades humanas, como abertura e capacitação para se comunicar com pessoas e grupos de outros idiomas e códigos culturais. Mas, sobretudo, deve formar-se para uma ação qualificada como “facilitador” e “intérprete”. “Facilitador”, pois deve facilitar o processo pelo qual os migrantes possam se fazer protagonistas de sua inserção no interior da Igreja e na sociedade. Para tanto, o missionário é chamado a exercer uma relação empática e autêntica que lhes permita sair dos entraves de sua situação de exclusão, e fazerem o caminho pedagógico apropriado para se tornarem “discípulos missionários”. “Intérprete”, pois o exercício da mediação consiste em permitir que possa surgir a comunicação entre os migrantes, abrigados em seus ambientes segregados, e os interlocutores de outros ambientes, inclusive o eclesial, para além da situação liminar e do estranhamento vivido frente ao conjunto das instituições da sociedade em que se inserem. Enfim, o agente de mediação buscará contribuir para que toda a Igreja, na diversidade de seus movimentos e pastorais, possa reconhecer a alteridade dos migrantes e contribuir para a sua inserção eclesial, assim como contribuir para que os migrantes, na dinâmica de seu processo autêntico de formação identitária, possam se reconhecer como parte da Igreja, “interlocutores” participantes e responsáveis também pela ação evangelizadora da Igreja.

Assumir essa “fronteira” da ação pastoral implica também, da parte do “discípulo missionário”, no amadurecimento de sua fé, incorporar algumas qualidades teológicas, que podem ser alimentadas por uma “leitura orante” da Bíblia. O “profetismo” dos discípulos missionários no campo da mobilidade humana, tão enfatizado pelos Bispos em Aparecida, depende do cultivo de uma espiritualidade que dialogue com a dimensão teológica da experiência migratória. No caminho de uma hermenêutica prática, própria daqueles que se confrontam cotidianamente com os migrantes, os discípulos missionários são chamados a uma identificação genuína com o Cristo, que encarna a condição do migrante. Um dos traços dessa experiência seria a identificação com a “*kenosis*” do Cristo (Flp 2, 1-11), sua experiência de despojamento para se assemelhar a todo homem comum, tal como o viajante e o samaritano da parábola (Lc 10, 25ss), entre os diferentes tipos de migrante na busca de interagir com eles. Nesse sentido, também a vivência da “compaixão” seria um traço teológico dessa experiência do contato diário em todos os âmbitos da vida dos migrantes. Ela pode se traduzir também numa atitude ativa de “permeabilidade”, daquele que perpassa as “fronteiras” entre vários ambientes, despojado de

seus próprios referenciais culturais e sociais, permitindo-se circular e dialogar entre vários grupos e instituições como membro ativo da Igreja, em função dos valores do evangelho e da acolhida do migrante.¹²

A prática do contato cotidiano com esses grupos é que pode ser a melhor mestra nesse “processo pedagógico” da formação dos “discípulos missionários”, nesse terreno original da ação evangelizadora da Igreja. Essa “fronteira” pode ensejar um novo “profetismo”, uma audácia evangélica própria para os novos tempos que vivemos. É também por meio dessa proximidade pastoral junto aos migrantes que uma nova experiência de inserção poderá surgir, criando novas formas de viver em comunidade e assumir o protagonismo na Igreja. No entanto, se a atenção para com o aspecto formativo dos agentes é fundamental, não menor deve ser a preocupação com a abertura e flexibilidade das estruturas eclesiais, pois são elas que deverão permitir que esse “processo pedagógico” da MC possa realmente ocorrer. Também nesse sentido, os Bispos nos legaram as suas orientações.

3.2 Pela dilatação da “conversão pastoral”

Em Aparecida, a grande meta estabelecida e assumida pela MC, é a “conversão pastoral” das estruturas paroquiais, para que a evangelização deixe de ser de “mera conservação” e possa entrar numa dinâmica de um “permanente estado de missão”. No “Itinerário da Missão Continental”, no detalhamento do seu desenrolar, fica muito evidente que ela visa revitalizar as estruturas já existentes e reconhecidas em que se apoia toda ação pastoral da Igreja: a Diocese, enquanto “unidade pastoral” do planejamento da MC, e a Paróquia, onde se operacionaliza a missão e se desenrola a vida comunitária e formativa dos “discípulos missionários”. A “Paróquia renovada”, que se almeja alcançar deverá se tornar uma “rede de comunidades”: local em que cada participante pode exercer sua corresponsabilidade eclesial, participando no discernimento, no planejamento, na tomada de decisões e na execução dos projetos. Nesse sentido, a “conversão pastoral” deve repercutir também nas estruturas administrativas, nas ações evangelizadoras, no serviço à missão.

Considerando, entretanto, o destaque que os mesmos Bispos deram para que se assuma “profeticamente” as pastorais da mobilidade humana, percebe-se como a MC também deve estar atenta para outras dimensões da revitalização das estruturas diocesanas e paroquiais. Nesse sentido é que se pode entender a etapa da “missão setorial e ambiental” mencionada anteriormente. Significa, por exemplo, ter uma visão mais arrojada da própria meta almejada para a renovação da paróquia, ou seja, a de que ela deva se tornar uma “rede de comunidades”. Na nova realidade da Paróquia, conhecendo-se as transformações pelas quais ela vem passando, sobretudo nos grandes centros urbanos, existe uma maior abertura às novas formas de vida comunitária, inclusive por influência dos muitos movimentos católicos oriundos da Renovação Carismática. Nesse sentido, existe também a busca de acesso e diálogo com os ambientes e novos formatos de vivência cristã assumida pelos grupos migrantes. A estruturação da ação da paróquia, no contexto da globalização e da sociedade multicultural, no limiar desses ambientes, busca também por outras formas de redefinição.

No contexto atual, o mesmo espaço, ocupado por diversos grupos em diferentes momentos, pode adquirir uma multiplicidade de sentidos, passando por várias modalidades de pertencimento. Existe uma multiplicidade de atividades se sobrepondo, uma infinidade de influências que se agenciam mutuamente, e os referenciais culturais e identitários que definem as

12 Cf. ARANTES & DORNELAS, op. cit. p. 250-264. Para uma reflexão sobre uma espiritualidade da fronteira, para uma missão “intergentes”, cf. PHAN, Peter. *Crossing the borders: A spirituality for mission in our times from an Asian perspective* 1. Disponível em: <http://www.sedos.org/english/phan.htm>. Acesso em: 19 de setembro de 2004.

múltiplas alteridades são cada vez mais híbridos e fluídos. O território da paróquia e o seu espaço eclesial não escapam a essa tendência, possuindo assim a virtualidade de abrigar e permitir a interação de uma multiplicidade de grupos, redefinindo constantemente as alteridades no jogo que se estabelece entre suas respectivas subjetividades. Um mesmo território é passível de se abrir para vários tipos de fluxos, através de suas “fronteiras” cada vez mais porosas, e no caso do espaço da paróquia, confundindo aquilo que é considerado ou não eclesial. Torna-se, dessa forma, um espaço cada vez mais plural, em que o pertencimento à Igreja e sua significação não podem mais ser definidos de forma unívoca. São neste espaço e território que a alteridade dos grupos dos migrantes, agenciados por suas diferentes subjetividades, fazem sentir suas demandas por reconhecimento de suas formas próprias de vida comunitária.

Assim, na medida em que o fenômeno da mobilidade humana adquire importância cada vez maior, revela-se mais intensamente a fluidez e instabilidade das novas formas de vida social e religiosa, em que a missão da Igreja é chamada a adquirir um caráter de permanente inculturação. Como as estruturas eclesiais, em busca de renovação na dinâmica da MC, poderão responder profeticamente a esse novo desafio? A mobilidade humana, nesse sentido, é simultaneamente uma “fronteira” desconhecida e uma chance de revitalização, como os próprios Bispos reconhecem em Aparecida. O reconhecimento desse desafio e a busca de assumi-lo implicam a necessidade de repensar a própria “catolicidade” da Igreja nesses novos tempos. Ou seja, retomar o princípio de que, em cada pequeno grupo de cristãos que vive e celebra sua fé, na mesma medida em que se reconhecem unidos e constituídos por todas as comunidades e grupos eclesiais numa mesma “comunhão eclesial”, nele se realiza toda a Igreja de Cristo. Nesse sentido, a própria dinâmica da MC deve alargar seus propósitos em dois sentidos fundamentais: assumir uma maior “capilaridade” e “transversalidade” de toda ação pastoral.

“Capilaridade” porque, como lembrado anteriormente, a missão permanentemente deve buscar se fazer presente nos diversos setores e ambientes considerados “afastados”, excluídos e segregados. Entre eles estão os vários “ambientes” em que se encontram os grupos que vivenciam a mobilidade humana. Eles demandam do esforço missionário da Igreja um investimento maior nesse âmbito, pois é o contato humano entre o agente de pastoral e as pessoas desse grupo que possibilitará a ação evangelizadora. O esforço de “mediação”, além do necessário preparo humano e espiritual, busca também o reconhecimento numa estrutura paroquial e diocesana atenta justamente a cada pequeno grupo e ambiente em que se estabelece essa relação fundadora da catolicidade da Igreja.

E “transversalidade”, pois os referenciais culturais e religiosos dos migrantes atravessam vários territórios e não conhecem fronteiras. Se nas paróquias, e em seu território, existe uma demanda por novas formas de vivência comunitária, buscando novas formas de vinculação a uma mesma fé católica, tanto mais os grupos marcados pela mobilidade humana, polarizados entre uma origem e um destino, numa “provisoriamente permanente”, relativizando toda implantação estável, necessitam outras formas de articulação que atravessem as estruturas das Igrejas locais. Exemplar nesse sentido é tanto o apelo da Igreja em vista de uma maior colaboração entre Dioceses de origem e destino dos migrantes, como as experiências que efetivamente já ocorrem entre os imigrantes latino-americanos e os migrantes temporários no Brasil. É nesse sentido que também devem ser incentivadas as propostas que já constam no projeto “O Brasil na Missão Continental”: tanto o encontro entre imigrantes latino-americanos, como aquele entre brasileiros no exterior. Quanto mais essa dimensão da “transversalidade” da ação pastoral da Igreja for amadurecida, maior será a sensibilização e corresponsabilidade de todas as Igrejas locais pela participação dos migrantes como “discípulos missionários”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O continente latino-americano está entre nós. Cada Diocese e Paróquia é uma porção, com um rosto muito próprio, dessa mesma América Latina na qual todos habitamos e vivemos. O que o fenômeno da mobilidade humana nos revela neste novo século, em que a globalização encurtou as distâncias e criou a sensação do tempo imediato, é que a alteridade do migrante está por toda parte e também ao nosso lado. Hoje sabemos que somos mais responsáveis uns pelos outros. O mundo ficou menor, e o outrora distante e desconhecido se tornou nosso vizinho, concidadão no mesmo continente, não importando sua condição social. Também na Igreja esse sentimento se faz mais presente. No seu interior, independente dos ambientes em que se encontrem os migrantes, não importa a natureza da fronteira que deva ser vencida para se encontrar com eles, novas modalidades de vivenciar a mesma fé esperam para serem gestadas, para assumirmos juntos a mesma catolicidade.

Pe. Sidnei Marco Dornelas CS é assessor da Comissão Episcopal para a Missão Continental - CNBB.

REFERÊNCIAS

NASSER, Ana Cristina Arantes; DORNELAS, Sidnei Marco. *Pastoral do Migrante: Relações e mediações*. São Paulo: Loyola/CEM, 2008.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. *Documento de Aparecida: Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe*. Brasília: Edições CNBB; São Paulo: Paulinas/Paulus, 2008.

____. *Itinerário da Missão Continental*. Brasília, Ed. CNBB, 2009

DE PAOLIS, Velásio. La pastorale dei migranti nelle direttive della Chiesa. *People on the move*, [Vaticano]. Ano XIX, n.54, p. 33-114, [jun] 1989.

____. La pastorale dei migranti e le sue strutture secondo i documenti della Chiesa. *People on the move*, Ano XXXIV, n.87, p. 133-170, [dez]2001.

____. *Chiesa e migrazioni*. Vaticano: Urbaniana University Press, 2005.

DORNELAS, Sidnei Marco. Questões teológico-pastorais sobre a hospitalidade aos migrantes. *Travessia* [São Paulo] Ano XX, n.57, p. 14-19, [jan-abr]2007.

PAULO VI. Motu proprio Pastoralis Migratorum Cura. A assistência pastoral dos emigrantes, 1969. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). *A Pastoral das Migrações*. São Paulo: Paulinas, 1983.

PHAN, Peter. *Crossing the borders: A spirituality for mission in our times from an Asian perspective 1*. Disponível em: <http://www.sedos.org/english/phan.htm>. Acesso em: 19 de setembro de 2004,

PIO XII. *Exsul Família*. Constituição Apostólica sobre os cuidados espirituais aos emigrantes, 1953. São Paulo: 1955.

PONTIFÍCIO CONSELHO DA PASTORAL PARA OS MIGRANTES E OS ITINERANTES. *Erga migrantis Caritas Christi*. Instrução A Caridade de Cristo para com os Migrantes. 2004. São Paulo: Paulinas, 2004 (também em: *People on the move*, ano XXXVI, n. 95, [ago]2004). Acesso em: 24 de abril de 2010.

SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998.

PUBLICADO EM

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB), “Missão Continental: Vocês são testemunhas

dessas coisas". Edições CNBB, Brasília. 2011. pp. 167-200.